

Resumo

O texto analisa o artigo "Diretrizes Curriculares e projetos pedagógicos", objeto de discussão nesta seção da REBEn. Aponta a opinião das autoras quanto à complexidade do tema e destaca dois pontos que emergem nesse debate, a questão do contraponto reprodução – problematização, em relação as reformas curriculares e o caráter dos projetos curriculares que visam a mudança na formação de enfermeiros/as. A autora concentra suas análises nas diretrizes e mudanças curriculares, para além do texto, quando destaca a importância de uma política nacional de investimentos para garantir condições que garantam as mudanças curriculares que se fazem necessárias. Faz um paralelo entre o setor de educação e o de saúde para analisar a construção das diretrizes curriculares e delinea estratégias para sua implementação. Destaca a noção de competências como possíveis de produzir um novo trabalhador reforçando a questão da responsabilidade social da educação como formadora de cidadãos. Na construção dessas competências é lembrada a importância da qualificação dos educadores, o investimento em uma nova ética profissional bem como a nossa dificuldade para superar o que está estabelecido, de forma que se produzam estratégias favoráveis ao desenvolvimento da autocrítica e da responsabilização profissional.

Descritores: diretrizes curriculares nacionais; currículos de enfermagem; educação em enfermagem

Abstract

This text analyzes the article "Curricular Guidelines and Pedagogical Projects", an object for discussion in this REBEn's (Brazilian Review of Nursing) section. The authors expose their opinion as to the complexity of this theme and highlight two points coming out of this debate – the issue of the reproduction – problematization opposition in respect to curricular reform, and the content of curricular projects aiming at changes in nurse education. The author concentrates her analysis on the curricular guidelines and changes, beyond the text, by highlighting the great importance of national policies of investment to guarantee favorable conditions for the necessary curricular changes. She parallels the educational to the health sector in order to assess the creation of curricular guidelines, and outlines strategies for their implementation. She stresses the notion of competencies as possibilities to give rise to a new kind of worker, by strengthening the issue of social responsibility placed upon education for the constitution of citizens. The importance placed on educators qualification is discussed when talking about competencies development, besides the investment on a new professional ethics, as well as our difficulty for going beyond preestablished notions, in such a way that favorable strategies are generated for developing self-criticism and professional responsibility.

Descriptors: national curricular guidelines; nursing curricula; nursing education

Title: Curricular guidelines and the promotion of conditions for change in nursing education

Resumen

El texto analiza el artículo "Directrices Curriculares y proyectos pedagógicos", objeto de discusión en esta sección de la REBEn. Apunta la opinión de las autoras respecto a la complejidad del tema y destaca dos puntos que emergen del debate; la cuestión del contrapunto reproducción-problematización, con relación a las reformas curriculares y al carácter de los proyectos curriculares que buscan el cambio en la formación de enfermeros/as. La autora concentra sus análisis en las directrices y cambios curriculares, más allá del texto, cuando destaca la importancia de una política nacional de inversiones para garantizar condiciones que garanticen los cambios curriculares que sean necesarios. Hace un paralelo entre el sector educativo y el de la salud para analizar la construcción de las directrices curriculares y delinear las estrategias para implementarlas. Se destaca la noción de las competencias para producir un nuevo trabajador y se refuerza el tema de la responsabilidad social de la educación como formadora de ciudadanos. En la construcción de estas competencias se recuerda la importancia de la cualificación de los educadores, la inversión en una nueva ética profesional, así como nuestra dificultad para superar lo que está establecido, de forma que se produzcan estrategias favorables al desarrollo de la autocrítica y de la responsabilidad profesional.

Descriptores: directrices curriculares nacionales; currículos de enfermería; educación en enfermería

Título: Directrices curriculares y la potenciación de condiciones para cambios en la formación de enfermeros

1 Introdução

As idéias e interrogações apresentadas por Dagmar e Maria Henriqueta, como elas mesmas destacam e propõem, são um convite à reflexão e suscitam inúmeras correlações com dificuldades, necessidades, possibilidades e impossibilidades por nós vivenciadas cotidianamente na formação de enfermeiras/os.

Ao tratar do tema "diretrizes curriculares e projetos pedagógicos", nossas colegas trazem à tona, numa perspectiva político-ética que considero relevante, a complexidade que envolve a formação profissional e a importância de tratá-la de forma contextualizada e crítica.

Parece-me que dois grandes pontos, que se entrecruzam e abrem espaço a outros, emergem no desenrolar do debate que encaminham: 1) a inscrição do contraponto reprodução – problematização no âmbito das proposições e reformas curriculares; 2) a relevância, o caráter social e o sentido político das diretrizes, projetos e processos curriculares que visam a mudanças na formação de enfermeiras/os.

Ao versar sobre esses pontos, de forma problematizadora, as autoras abrem caminho à ampliação do debate e à inscrição de outras interrogações, tais como: quais

são, de fato, as questões centrais da formação de enfermeiras/os? Temos nelas situado as nossas reflexões, forças, potenciais e elaborações? A despeito de seus limites e contradições, as diretrizes curriculares encetam algo de novo? Constituem-se elas, tal como elaboradas, em impedimento para significativas reconstruções político-pedagógicas dos cursos de graduação em enfermagem? Qual o lugar e a força das diretrizes curriculares à inovação do trabalho educativo cotidiano? Articulam-se as diretrizes curriculares nacionais a políticas e projetos de investimentos em educação universitária/educação em enfermagem?

Certamente tais questionamentos, e outros apresentados pelas autoras Dagmar e Maria, demandam a promoção de um amplo diálogo coletivo, fundado em bases teórico-práticas e posicionamento político, que apenas se mobiliza neste espaço e debate iniciado. Para contribuir com esse trabalho, concentro-me um pouco mais nessa última interrogação, olhando (na linha desenvolvida pelas autoras) para além do texto, uma vez que nesse âmbito identifico inúmeras dificuldades, conflitos e um universo fundamental à elaboração/produção pela enfermagem.

* Doutora em Enfermagem. Professora da Faculdade de Enfermagem e Nutrição da UFMT, Coordenadora de Ensino de Graduação em Enfermagem. Email do autor: emandu@terra.com.br.

2 Diretrizes e mudanças curriculares: um olhar para além do texto

Não é novidade para nenhum/a de nós que idéias, diretrizes e projetos, ainda que relevantes no trabalho educativo (ou em outros), não viabilizam, por si só, as condições e os processos necessários à sua materialidade. Eles dão asas aos nossos desejos, orientam nossos caminhos, expressam posições, concentram e direcionam esforços coletivos, mas não concretizam todas as condições para o fazer.

Com contornos mais ou menos estreitos, com um caráter mais ou menos engessador, como diretrizes de fato ou como currículo nacional modelar, flexíveis ou não, as proposições curriculares nacionais perdem em potencialidade, como instrumento de inovação crítica, se permanecerem desacompanhadas de uma ampla política nacional/local de investimentos à geração concreta de certas condições, que contemplem:

- a valorização do trabalhador da educação – mediante a produção de condições de trabalho, quadros docentes quantitativa e qualitativamente apropriados, salários dignos;
- mudanças na estrutura organizativa das instituições formadoras - que viabilizem a pesquisa, a extensão e as articulações entre estas e o ensino, dimensionando apropriadamente o preparo profissional, condições acadêmico-financeiras, compromissos interinstitucionais;
- a qualificação dos processos de gestão acadêmica - englobando a democratização das relações no interior das instituições formadoras e a participação de atores externos, enfrentando as culturas nelas comumente presentes do isolamento, do burocratismo, da negligência, da rigidez;
- a articulação da educação a outros setores e, especificamente, ao setor saúde e seus serviços - aproximando-se e viabilizando compromissos e projetos conjuntos de transformação tanto da formação como das práticas em saúde;
- processos de inclusão do que comumente denomina-se como periferia no âmbito das instituições, produções, trabalhos e trabalhadores universitários - no conjunto das políticas, dos projetos e processos nacionais/locais em educação, enfermagem, desenvolvimento científico-tecnológico, qualificação de potenciais humanos, etc.

De forma propositiva, transformo em afirmação parte de uma das interrogações postas por nossas colegas, ao tratarem da mediação entre parâmetros e construção curricular. Julgo que, na construção de inovações na formação de enfermeira/os, é central localizar e/ou produzir espaços (e processos) que permitam às instituições formadoras potencializar as condições específicas de cada uma.

Num paralelo entre o setor educacional e o da saúde, podemos extrair indicações valiosas do processo de construção da reforma sanitária no Brasil. Ele nos aponta a relevância, para além das diretrizes delineadas à construção do sistema e de sua inscrição legal, da tradução, destas, em políticas e práticas encaminhadas de forma integrada, inclusiva, participativa e colaborativa, valorizando e comprometendo tanto o nível nacional quanto o local.

Nesse sentido, entre outros aspectos, são essenciais a aproximação, a crítica e encaminhamentos em torno de elementos que vêm dando forma concreta aos currículos, considerando sobretudo o âmbito mais global da educação/educação superior, das instituições e processos políticos da enfermagem e, também, a dinâmica das diversas instituições formadoras.

Sem querer reduzir tais questões, mas tentando concretizá-las, falo, por exemplo:

- dos contornos que vêm sendo dados aos currículos através

dos processos avaliativos dos cursos universitários de formação profissional (via exames nacionais de cursos e avaliação das condições de oferta do ensino), a despeito das proposições curriculares nacionais e da necessária consideração ao local;

- dos modos como se viabiliza/inviabiliza a inclusão dos potenciais educacionais/na enfermagem, presentes nos vários e distintos espaços, marcados por um evidente distanciamento e hierarquização entre o nacional e o local, com mascaramento deste último;
- da necessária interface entre mudanças curriculares e o delineamento de políticas, projetos e práticas nacionais/locais no âmbito da pós-graduação e pesquisa em saúde e enfermagem;
- de um certo silêncio dos organismos representativos da enfermagem diante das recentes e atuais políticas governamentais para a educação, saúde e trabalhadores públicos.

Para que as diretrizes curriculares potencializem inovações, somando-se a sua interpretação crítica, é necessário pensar/pôr em andamento, nacional e localmente - de forma integrada, estratégias de acumulação de poder, de viabilização de recursos diversos, de produção de parcerias, de formação de massa crítica, de concretização de projetos de ação dinâmicos, mobilizadores, aproximadores e inovadores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional adota a noção de competências como um eixo estruturante dos currículos de formação, e este se exprime nas diretrizes curriculares nacionais de formação de enfermeiras/os, valorizando a relação com o mundo do trabalho, suas grandes transformações e demandas.

Dessa relação, emerge a idéia da produção social e educacional de um novo trabalhador, com competências que, para além da qualificação instrumental, demandam a construção de uma nova subjetividade. Requerem-se profissionais com qualificação técnica, com conhecimentos de caráter global, com capacidade de tomar decisões, de empreender, de trabalhar em equipe, de enfrentar contínuas situações de mudança.

Esses novos requisitos, dentre outros, tidos como imprescindíveis para os trabalhadores, não se desvinculam do conjunto de exigências postas pelo projeto de progresso dominante, atrelado ao aprofundamento das condições capitalistas e mudanças nos processos produtivos⁽¹⁾.

Tais exigências se expressam nos mercados de trabalho, com características diversas, e, em alguma medida, não podem ser desconsiderados pela formação. Contudo, elas podem e devem ser criticadas levando em conta a necessidade de recuperação das responsabilidades sociais da educação/educação superior (e, especificamente, da enfermagem) – em prol da formação de cidadãos, do resgate da integralidade do ser humano, da construção de sujeitos, da confrontação dos individualismos e exclusões diversas, da valorização da ação política e participação coletiva⁽²⁾.

Nessa direção, é relevante situar-se frente à polissemia, distinções, contradições, permanências e rupturas que envolvem os conceitos e idéias postas em torno das proposições curriculares, como bem disseram Dagmar e Maria. Na busca das aproximações necessárias, é preciso dialogar e interagir com os campos de trabalho, com os sujeitos que neles atuam ou deles são alvo, compreendendo os contextos, as culturas, as diversidades, reconhecendo como as competências profissionais podem se inserir crítica e eticamente em sua dinâmica.

A projeção e a construção de novas competências profissionais não podem desconsiderar que estas requerem a qualificação dos educadores (sobretudo se sintonizadas com

a formação de sujeitos criativos, questionadores e éticos), tendo em vista o desenvolvimento de suas próprias subjetividades.

Pois bem, não se trata, então, de simples incorporação das diretrizes curriculares nacionais, sem problematização e reflexão sobre os seus pressupostos, conceitos, sua aproximação e significados para as práticas educativas, e sem apoio amplo que considere os marcos teóricos, políticos e éticos eleitos à sustentação das mudanças locais. Considerado o contexto institucional pregresso e o atual de formação universitária, mudanças significativas dificilmente irão ocorrer sem condições e investimentos estrategicamente pensados e encaminhados, com suporte para além do viabilizado através de iniciativas das instituições locais (e vice-versa).

As coordenações de cursos de graduação em enfermagem requerem redefinições e qualificação para a função coordenadora e pedagógica que exercem, tendo em vista a realização da ação de planejamento, acompanhamento e avaliação curricular e a superação de uma prática de senso comum presente nas tarefas administrativas, nos processos de integração e orientação acadêmica⁽³⁾.

Em nossos cenários educativos não são incomuns a falta de desejo e as resistências. Experiências pedagógicas largamente criticadas são usualmente reproduzidas e igualmente a fragmentação disciplinar. Como dito pelas colegas, é complexa a aproximação das fronteiras epistemológicas, a configuração de currículos flexíveis e de fato integrados, a viabilização de abordagens interdisciplinares e a construção da articulação teoria-prática. As incoerências entre proposições e práticas são inúmeras, acompanhadas da falta de clareza em relação ao que se elege e nomeia.

Assim, é preciso reconhecer a importância da formação político-pedagógica dos trabalhadores da educação/educação em enfermagem. São necessários investimentos planejados no crescimento desses profissionais, para o enfrentamento, de forma mais dinâmica e rápida, das transformações no campo da saúde e da enfermagem coerentemente com as idéias de promoção da saúde, de atenção integral, universal e equânime.

Dado o caráter social, contraditório e conflituoso do trabalho, das relações entre os sujeitos que o fazem e do fato de as mudanças curriculares demandarem uma profunda transformação das pessoas, também se insere, nesse conjunto, a importância de investir no incremento de uma nova ética profissional.

Parece-me que uma de nossas dificuldades encontra-se no lidar, no cotidiano dos nossos trabalhos, com os limites, as possibilidades e impossibilidades, as determinações, os potenciais, os direitos e as responsabilidades ou, dito de outro modo, com a reprodução – inovação, apoiados em uma perspectiva crítica e comprometida com a superação do estabelecido.

Isso posiciona a relevância da dimensão político-ética implicada no fazer cotidiano, abrangendo a questão da concreta tradução e incorporação, ou não, de bases (filosóficas, políticas, epistemológicas, pedagógicas, metodológicas) e conceitos (como os de educação, enfermagem, saúde-doença, autonomia, ética, etc.) comumente presentes em nossos projetos político pedagógicos idealizados.

Essa, certamente, não é uma questão simples, uma vez que se articula à inserção sócio-cultural das pessoas e a suas trajetórias de vida. Essas trajetórias, ainda que resultem em elementos comuns, geram modos peculiares das pessoas se colocarem diante das tensões, contradições e desafios da vida e do mundo do trabalho.

Por conseguinte, reconhecendo a importância e complexidade de tal dimensão na inter-relação parâmetros, projetos e processos educativos, identifica-se a necessidade de produção de estratégias favoráveis ao desenvolvimento da autocrítica e responsabilização profissional (que precisa acompanhar o terreno dos direitos sociais), enfrentando, em seus sentidos e desdobramentos, o contraponto reprodução – mudança.

As condições histórico-sociais e posicionamentos político-éticos precisam ser outros para que transformações significativas na formação de enfermeiras/os de fato se configurem e, nessa direção, não se pode excluir o reconhecimento de que caminhos e meios devem ser explorados por nós.

Nessa perspectiva, parece-me fecundo afirmar princípios, refletir e compreender, perguntar o que fazer, e agir, reconhecendo que a realidade social não é fruto de forças naturais mas de história feita pelos seres humanos, à custa de lutas individuais e sociais⁽⁴⁾.

Referências

1. Ramos MN. Qualificação, competências e certificação: visão educacional. Formação, Brasília (DF) 2001 maio;1(2):17-26.
2. Severino AJ. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu (SP) 2002 fev;6(10):117-24.
3. Rangel M. Coordenação para qualidade dos cursos: repensando conceitos e competências. Olho Mágico, Londrina (PR) 2001 set/dez;8(3):20-4.
4. Perrenoud F. As competências a serviço da solidariedade. Pátio: Revista Pedagógica, Porto Alegre (RS) 2003 fev/abr;7(25):19-24.

Data de recebimento: 31/08/2003

Data de aprovação: 28/10/2003